

Perfil dos gastos

Estrutura da receita não financeira federal como proporção da receita total (%)

Anos	Transf.a Estados e Municípios	Despesas com Seguridade Social	Gastos em Educação	Outras Vincul.	Receita Livre	Receita Total
1977	11,2	35,2	0,5	8,9	44,2	100
1978	10,8	36,7	0,3	9,7	42,5	100
1979	9,9	38,6	0,2	7,9	43,4	100
1980	11,2	34,3	0,5	9,5	44,4	100
1981	11,8	35,5	0,6	8,7	43,4	100
1982	11,5	39,8	0,5	8,3	39,9	100
1983	11,8	39,3	0,4	9,3	39,7	100
1984	13,7	38,0	5,3	9,2	33,9	100
1985	16,9	38,3	5,6	4,9	34,3	100
1986	16,1	38,0	5,2	9,1	31,6	100
1987	16,4	35,3	5,1	13,0	30,3	100
1988	18,2	34,8	5,4	9,5	32,1	100
1989	19,3	45,1	5,9	5,5	24,3	100
1990	17,4	47,9	6,0	4,8	23,8	100
1991	17,1	49,5	5,2	7,7	20,4	100
1992	18,8	48,1	5,4	6,4	21,3	100

Orçamento enxuto

Proposta de revisão do projeto de lei orçamentária para 1994
Receita e despesas do Tesouro — em US\$ milhões de abril de 1993

Itens	1994		Ajuste
	Projeto de lei (A)	Projeto de lei (B)	
1 - Receita	86.609	86.891	282
1.1 - Receita não financeira	84.233	84.172	-61
1.2 - Financiamento líquido de longo prazo.	2.376	2.719	343
2 - Despesas	108.801	86.891	-21.910
2.1 - Pessoal e encargos sociais	27.733	23.990	-3.743
2.2 - Transferências constitucionais e legais	14.559	11.829	-2.730
2.3 - Outros custeios e capital	57.353	43.366	-13.987
- Benefícios Previdenciários	24.781	19.177	-5.604
- Demais (*)	32.572	24.189	-8.383
2.4 - Juros reais por competência	9.156	7.706	-1.450
3 - Resultado operacional ampliado (1-2)	-22.192	0	22.192

Obs.: (*) Exclui reserva de contingência de despesas financeiras em outros custeios e capital
Fonte: Ministérios do Planejamento e da Fazenda

Orçamento prevê inflação constante

334

BRASÍLIA — O assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, disse sexta-feira que o orçamento de 1994 foi inteiramente reprogramado com base numa inflação constante. Na forma original, a proposta orçamentária estimava uma taxa elevada para o começo do ano e previa queda gradual, para 17% em dezembro. Agora, todas as despesas foram projetadas com base num índice de 35% ao mês, segundo um assessor da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento.

A decisão reflete duas preocupações: o governo não vai mais financiar gastos com o imposto inflacionário, e adoção do conceito da moeda-índice no orçamento de 94. Isso significa, segundo um técnico, que a ideia do governo não é reduzir gra-

dativamente a inflação até o final do ano, mas sim torná-la constante.

Se toda a economia estiver indexada pela Unidade de Referência que será anunciada na semana que vem, e se a variação da UR for constante durante um espaço razoável de tempo — o que mostrará uma estabilização da subida dos preços —, será possível ao governo promover a etapa final do programa: transformar a UR na nova moeda, com o fim do cruzeiro real.

Descentralização

— Outro aspecto do orçamento é a nova tentativa de realizar a chamada "operação desmonte", que

foi frustrada durante a gestão do ex-ministro do Planejamento João Baptista de Abreu, no governo Sarney. A operação de descentralização pretende repassar para Estados e municípios as atividades que a União não realizará mais. O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Raul Jungmann, informou que a descentralização será gradual, nos próximos dois anos. O

governo Itamar Franco quer estudar com cuidado as formas de repasse das funções e quais os órgãos que deverão desaparecer. "A extinção pura e simples dessas funções seria maléfica", afirma Jungmann.

BASE É
UM ÍNDICE
DE 35%
AO MÊS